



São Paulo, 14 de abril de 2015

À
Comissão de Valores Mobiliários – CVM
Rua Sete de Setembro, nº 111 – 2º andar
Rio de Janeiro – RJ

Superintendência de Relações com Empresas (33º andar)

At.: Sr. Fernando Soares Vieira
Sr. Daniel Alves Araújo de Souza

Ref: Resposta ao Ofício nº 149/2015//CVM/SEP/GEA-2 (“Ofício”)

Questionamento:

“Senhor Diretor,

Reportamo-nos à matéria veiculada em 12 de Abril de 2015, no jornal O Globo, sob o título “Zelotes: JBS e BRF aparecem em gravações”, na qual constam, respectivamente, dentre outras informações:

“Duas gigantes do setor de alimentos aparecem nos diálogos interceptados pela Polícia Federal (PF) na Operação Zelotes, aos quais O GLOBO teve acesso. Os grupos BRF e JBS são citados separadamente nas gravações e e-mails que constam no relatório da investigação do esquema de venda de sentenças do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Segundo a PF, há indícios de que as empresas foram beneficiadas e tiveram dívidas tributárias reduzidas.

“De acordo com relatório da Polícia Federal, a Eleva Alimentos, uma empresa do grupo BRF, foi mais uma cliente da organização que atuava nos processos dentro do Carf. A empresa teria transferido para a SGR, a consultoria de José Ricardo Silva - um dos mentores do esquema, segundo a PF -, R\$ 292 mil.

No caso da JBS, os agentes flagraram um diálogo entre o conselheiro do Carf Jorge Victor Rodrigues e o lobista Paulo Borges, que comprovaria “tráfico de influência” no colegiado, de acordo com relatório da PF. A dupla combina o valor a ser cobrado do Grupo JBS para garantir resultados favoráveis às empresas do conglomerado em julgamentos de três processos que somam R\$ 276,7 milhões em dívidas tributárias. Ficou decidido que 10% do valor (R\$ 27,7 milhões) estava de bom tamanho.

O diretor de Relações Institucionais da JBS, Francisco de Assis e Silva, explicou que dois processos são referentes ao grupo Bracol e não são responsabilidade do JBS. Os dois conglomerados são sócios no frigorífico Bertin. Segundo ele, o processo do JBS foi uma matéria simples que a empresa venceu três anos antes dos grampos da PF.

Num e-mail interceptada pela PF de 16 setembro do ano passado, Paulo Borges diz para Jorge Victor que “o cara da JBS vem a Brasília amanhã e vai no escritório”, e que precisa acertar com ele o horário, pois Jorge estará no Carf. Ele detalha os três processos: um do JBS (R\$ 77,4 milhões) e outros dois do Frigorífico Bertin (um de R\$ 102,9 milhões e outro de R\$ 96,4 milhões).

Depois dessa mensagem, no dia 23 de setembro, os dois conversam por telefone e confirmam a reunião ocorrida com o “cara da JBS”, segundo relatório da PF.

[...]”

Prezado Senhor,

Em atendimento à solicitação de Vossa Senhoria, vem a JBS S.A. (“Companhia” ou “JBS”) prestar seus esclarecimentos e manifestar-se sobre o teor da notícia veiculada em 12 de abril de 2015 no jornal O Globo sob o título “Zelotes: JBS e BRF aparecem nas gravações” (“Notícia”).

A Companhia esclarece que não tem qualquer relação com a Operação Zelotes da Polícia Federal. Segundo a Polícia Federal, a Companhia aparece em uma conversa gravada entre o Sr. Paulo Borges



e o membro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda – CARF - Sr. Jorge Victor Rodrigues.

A JBS destaca que não conhece o Sr. Paulo Borges e nunca autorizou ninguém a negociar qualquer assunto em nome da Companhia. Além disso, A JBS assevera que não tem qualquer contato com esse conselheiro (Sr. Jorge Victor Rodrigues) que na própria Notícia admite nunca ter tido contato com qualquer representante da JBS.

Ademais, a gravação da Polícia Federal objeto da Notícia foi realizada em setembro de 2014, sendo que nela o Sr. Paulo Borges refere-se a um processo que já havia sido encerrado em 2011, ou seja, seria impossível a JBS se beneficiar de algo que já estava encerrado, conforme a própria Notícia informa, tendo em vista a declaração do Sr. Francisco de Assis e Silva, Diretor Estatutário de Relações Institucionais da Companhia, no sentido de que os *“dois processos são referentes ao grupo Bracol e não são responsabilidade do JBS. Os dois conglomerados são sócios no frigorífico Bertin. Segundo ele, o processo do JBS foi uma matéria simples que a empresa venceu três anos antes dos grampos da PF”*.

Cabe ressaltar que todos os processos administrativos tributários federais que a Companhia é parte são conduzidos por uma equipe interna de advogados altamente qualificados.

Por fim, a JBS reafirma seu compromisso com a transparência em todas as suas operações e não compartilha nem compactua com práticas ilícitas.

Atenciosamente,

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan
Diretor de Relações com Investidores